



“CRIANÇAS NÃO NASCEM RACISTAS”: DESVELANDO RACISMO NA ESCOLA

Autor: Fiamma Menezes Lopes; Co-autor: (1) Cristiane De Oliveira Felix; Co-autor: (2) Luzineide Moreira Martins; Co-autor: (3) Joselicy Alves Bezerra; Orientador(a): Joice Mara Cesar Bizerro

*UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE IGUATU
E-MAIL: assecom@uece.br*

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender as práticas de discriminação racial existentes nas escolas públicas de ensino fundamental I da cidade de Iguatu-Ce, enfatizando a aplicabilidade da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura Africana e Afro-brasileira nos sistemas de ensino público e privado, além de ser um símbolo de uma extensa luta de muitas gerações, para que os brasileiros conheçam a cultura africana. No período da escravidão, os africanos trabalharam contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e cultural, apesar da importância dessa contribuição, a elite brasileira sempre tentou ignorar a africanidade do Brasil, impondo uma cultura e costumes de maneira determinante, criando um sentimento de inferioridade dos grupos étnicos diferentes do padrão europeu. Esse sentimento tem se reproduzido no espaço escolar, onde são propagados socialmente, que dependendo do posicionamento e do método adotado pela escola, podem ganhar ou perder força. Durante os processos de socialização, que ocorrem dentro da escola, a criança tem a chance de desenvolver sua identidade e autonomia, e através da interação com outras crianças, tem a oportunidade de perceber as diferenças socioculturais, religiosas, costumes e valores. Tornando-se assim, de fundamental importância que os profissionais da educação estejam preparados para enfrentar estes desafios que estão cada vez mais presentes na escola. Mas, levando em consideração a não aplicabilidade da Lei 10.639/03 e o racismo na escola, percebemos que é urgente o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas que estejam relacionadas diretamente ao combate do preconceito, racismo e discriminação racial presentes no espaço escolar.

PALAVRAS CHAVE: Discriminação racial, Lei 10.639/03, Racismo, escola.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto das atividades em desenvolvimento do Projeto de Extensão Velhas Práticas de Discriminação Racial e Novos Espaços na Formação Docente vinculada ao curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, unidade da Universidade Estadual do Ceará em Iguatu-Ce. Tal iniciativa tem como principal objetivo compreender as práticas de discriminação racial existentes nas escolas públicas de ensino fundamental I da cidade de Iguatu-Ce. Neste estudo, apresentamos parte da investigação



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

realizada no município já citado, no primeiro semestre do ano de 2016 em três escolas públicas de ensino fundamental I. Em meio as discussões sobre relações étnico-raciais, procuramos, aqui, descrever e compreender as práticas de discriminação racial existentes no cotidiano escolar dos alunos.

Elegemos como fundamentação teórica os estudos de Eliane Cavalleiro (1998) que nos auxilia no debate sobre discriminação racial na escola, Gomes (2005) que nos apresenta breves conceitos de discriminação racial e racismo e Ana Célia Silva (2010) que traz uma análise dos discursos de identidade do negro nos materiais didáticos, assim como outros autores que subsidiaram o discurso a respeito da questão racial no Brasil e sua relação com a educação infantil e a Lei 10.639/03, e em termos de metodologia adotamos a pesquisa qualitativa e interpretativa. Os dados foram gerados através da observação do cotidiano escolar e anotações realizadas em caderno de campo. A relevância desta pesquisa está em apresentar que tipos de discriminação estão sendo perpetuados por crianças no espaço escolar, espaço esse que tem influência significativa na vida dessas crianças, pois é onde os valores sociais estão sendo construídos e influenciam no comportamento dessas crianças, que acabam reproduzindo situações de desigualdade e violência dentro e fora da escola.

Para emprendermos esta pesquisa, partimos dos seguintes questionamentos relativos a situações de discriminação racial no contexto escolar no município já mencionado: como a Lei 10.639/03 tem contribuído para essa discussão? Como os agentes envolvidos na pesquisa convivem e se posicionam diante as diferenças?

Desse modo, o presente texto está organizado da seguinte maneira: na primeira seção apresentamos a metodologia usada para obtermos os dados usados na pesquisa. Na segunda seção fizemos uma breve discussão teórica sobre a lei 10.639/03, discriminação racial, racismo e identidade negra. Na terceira seção apresentamos alguns dados obtidos no projeto e uma análise desses e por fim, apresentamos os resultados preliminares.

METODOLOGIA

A forma de pesquisa realizada foi qualitativa interpretativa, que de uma forma geral está associada aos métodos de exploração, como pesquisas de campo, entrevistas, observação e outros métodos. Os procedimentos metodológicos foram desenvolvidos com base no



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Diagnóstico Rápido Participativo¹ (DRP). O DRP consiste em diversas técnicas de trabalho que fornecem possibilidades de diálogo e interação, e ainda, permite que os indivíduos se tornem agentes ativos do processo e não apenas ouvintes. A interação e a participação, por isso se chama participativo, é de extrema importância, por permitir que os envolvidos no processo de pesquisa possam trocar experiências, expor o que pensam e sentem, expressar opiniões, desejos e necessidades, e ainda refletir sobre o que está sendo trabalhado.

As metodologias foram aplicadas em três escolas municipais localizadas na sede da cidade de Iguatu-CE. Sendo as escolas Elze Lima Verde, Clara Alves de Araújo e José Eriton Barros Costa, as duas primeiras de Ensino Fundamental I e II, e a terceira de Ensino Fundamental I, tendo sido trabalhadas as séries 3º, 4º e 5º, e tendo sido atendidos no total de 177 alunos.

Foram utilizadas quatro metodologias, que foram adaptadas de acordo com a realidade dos alunos no ambiente escolar. Essas denominam-se: “Eu me reconheço na comunidade”, “Cultura do corpo”, “Minha história de vida na escola” e “Árvore dos sonhos e Árvore dos problemas”.

Na metodologia “Eu me reconheço na comunidade”, as crianças escreveram em papéis madeira coisas que elas próprias achavam boas e ruins na escola, como estudar, brincar com os colegas, merenda, férias, brigas, falta de educação, desrespeito, violência. Em seguida, elas encenavam algumas situações, que eram debatidas depois com as facilitadoras.

Na “Cultura do corpo”, foi desenhado pelos alunos, dois bonecos, que representavam a sala de aula, nos papéis madeira, e em cada parte do boneco eram escritos aspectos positivos e negativos, os pés sendo a base, então as crianças escreviam o que dava sustentação nas relações e situações que ocorriam dentro da sala de aula. E assim as outras partes do corpo eram as consequências da base.

Na metodologia “Minha história de vida na escola”, foi apresentado as crianças um livro que continha uma capa, o início de uma história e folhas em branco, que foram preenchidas pelos desenhos dos alunos.

A quarta metodologia “Árvore dos sonhos e árvore dos problemas”, foi apresentado para os alunos duas árvores, uma chamada a escola que eu tenho e a outra a escola que quero ter,

¹ É uma metodologia de pesquisa qualitativa, adaptada do Rapid Rural Appraisal (RRA)/Participatory Rapid Appraisal (PRA), e foi desenvolvida durante a década de 70 por técnicos de agências europeias não-governamentais que realizavam projetos de desenvolvimento rural em países de terceiro mundo. Foi introduzido no Brasil pelas organizações não-governamentais, que procuravam uma forma de realizar diagnósticos de forma que os agentes locais pudessem participar do processo de forma simples e rápida.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

em que as crianças falavam tanto aspectos bons e ruins na visão deles, e que depois foram debatidos.

No decorrer das práticas metodológicas, várias situações de preconceito racial foram identificadas entre os alunos. Atitudes, como uma criança que não quis fazer dupla com a colega do lado, que era negra, e ao ser questionada pela facilitadora, a criança ficar calada por algum tempo e depois responder simplesmente que, só não queria. Se utilizarem de apelidos com relação a aparência de alguns colegas, como “neguim, macaco, cabelo de bruxa”, e vários outros, que é encarado como brincadeiras pelas crianças. Comentários preconceituosos e reações de estranhamento, cometidos tanto pelas crianças como por profissionais da educação, que ocorreram em decorrência do cabelo black power de uma das facilitadoras. Situações essas, que revelam um preconceito que é implícito e tímido, mas que é existente nas escolas que fazem parte da pesquisa.

A APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03

A Lei 10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi promulgada em 03 de janeiro de 2003 pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas públicas e privadas da educação básica. Com essa decisão a escola tem por obrigação “resgatar a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”. (Brasil, 2003).

A referida lei foi conquistada por meio de muitas lutas do movimento negro, que a muitos anos vem lutando visando políticas públicas para o reconhecimento, a igualdade racial e, de certa forma, reparar uma dívida histórica da população brasileira com os negros e negras. Vale ressaltar que já se passou pouco mais de uma década desde a sua promulgação, e até hoje podemos perceber que ainda há uma grande resistência acerca do debate sobre práticas de racismo, desigualdade e discriminação racial no espaço escolar. Levar tais discussões para sala de aula requer pesquisa e estudo, Cavalleiro (2006) aponta que a Lei 10.639/03 não é algo tão simples de ser posta em prática, a escola deve ter uma boa proposta pedagógica, assim como materiais adequados que possibilitem aos alunos e alunas, de maneira respeitosa, um debate amplo mostrando-lhes que a questão racial é um problema de todos, e que precisa ser discutido por toda a sociedade, independentemente de cor, raça ou etnia.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Tendo em vista que a escola é um espaço de grande influência na vida das crianças, pois é onde elas aprendem desde cedo a construir valores. Cavalleiro (2006) nos mostra que a temática racial ainda é vista no espaço escolar como uma maneira de inferiorizar crianças negras, desta maneira a escola busca calar-se diante deste debate e assim permite que cada um construa um entendimento estereotipado do outro, e é nesse sentido que muitas crianças são alvo de atitudes preconceituosas e racistas.

De acordo com Nilma Lino Gomes, o racismo pode ser caracterizado como:

[...] um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira (NILMA, 2005, p.52)

O racismo está presente em todos os setores sociais, e se manifesta em níveis individuais e institucionais. Estudos como o de Gomes (2005) apontam que o racismo institucional é o mais perverso, pois atua em instituições profissionais e educacionais. Nos espaços educacionais, o racismo institucional pode também, ser manifestado por meio dos materiais didáticos, que muitas vezes mostram o negro de forma estereotipada, colocando-o em desvantagem na sociedade brasileira.

Indo de acordo com o pensamento de Cavalleiro (1998) foi possível notar no decorrer do projeto que ainda na educação infantil e fundamental I crianças negras já apresentam uma identidade negativa em torno de si e do outro, e ao mesmo tempo, crianças brancas já demonstram uma certa superioridade, demonstrando assim atitudes discriminatórias. Foi possível perceber tais práticas discriminatórias presentes em sala de aula na relação entre alunos/alunos, alunos/professores, por meio de xingamentos e ofensas atribuídas de forma negativa as crianças negras.

Podemos discutir identidade negra enfatizando o papel da escola na construção e/ou desconstrução de identidade. Esta é construída ao longo do tempo de forma pessoal e social, Hall (2014) nos mostra a concepção de identidade onde o sujeito não tem uma identidade fixa, estando assim, em constante transformação de acordo com vivências históricas, políticas, sociais e culturais. A identidade negra não é diferente, ela é construída ao longo do tempo, essa construção de identidade começa ainda na infância, e a escola contribui de forma positiva ou negativa nessa construção. Silva (2005) nos esclarece que



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Sendo entendida como um processo contínuo, construído pelos negros e negras nos vários espaços – institucionais ou não – nos quais circulam, podemos concluir que a identidade negra também é construída durante a trajetória escolar desses sujeitos e, nesse caso, a escola tem a responsabilidade social e educativa de compreendê-la na sua complexidade, respeitá-la, assim como às outras identidades construídas pelos sujeitos que atuam no processo educativo escolar, e lidar positivamente com a mesma. (Silva, 2005, p 44)

Percebemos que a escola não está cumprindo de forma eficaz seu papel de compreender e reproduzir essa construção social de identidade, pois há diversas formas e tentativas de desconstrução da identidade negra na sociedade brasileira, com atribuições de estereótipos negativos (SILVA 2005), na escola essa desconstrução acontece pelo não reconhecimento da cultura Africana e Afro-brasileira, onde muitas vezes não é conduzido trabalhos voltados para a temática racial, ou a tratam como um folclore, trabalhando apenas datas como Abolição da Escravatura, Dia da Consciência Negra, etc.

DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO ESPAÇO ESCOLAR

O trabalho desenvolvido nos possibilitou investigar e analisar as práticas de discriminação racial, racismo e preconceito existentes nas escolas públicas do município de Iguatu-Ce.

Observamos alunos e alunas de 07 a 11 anos de idade em três escolas diferentes, trabalhamos com várias atividades e no desenvolvimento de cada uma podemos perceber que há sim vários tipos de discriminação, que por muitas vezes passam despercebidas pelos professores. Tais discriminações acontecem por meio de “brincadeiras” que de forma negativa, reforçam atitudes racistas e preconceituosas, muitas crianças se tratam entre si por apelidos do tipo “macaco”; “caivão”; “cabelo de bruxa”, entre outros. Nas atividades propostas foi possível observar que a figura do negro no contexto escolar, não é representada nos desenhos feitos pelas crianças, e quando feito, o negro era mostrado sempre em uma posição inferior ao branco, assim como nos livros didáticos usados na escola.

Analisando todo esse processo de observação e participação, podemos concordar com o pensamento de Moreira quando ele diz que

As ideias e atitudes racistas e preconceituosas passam a ser incorporadas já na fase (sic) inicial da vida, ou seja, no ser enquanto criança, sobretudo quando esta última é colocada em contato com o mundo adulto, isso permite pensar no processo de socialização que inicia na família, escola entre outros. (Moreira, 2010. p.7)



Foi observado que também há um estranhamento acerca do outro, que por ser diferente torna-se inferior. Silva (2010) diz que as crianças negras ainda na educação infantil iniciam o processo de auto rejeição e as brancas rejeitam o outro, nesse momento podemos entender melhor o estranhamento que os alunos e alunas participantes da pesquisa tiveram com uma de nossas bolsistas, que é negra e tem o cabelo *Black Power*, em todas as turmas atendidas pelo projeto a bolsista foi alvo de chacotas, não só pelas crianças mas também por funcionários(as) das escolas. Piadas como: “*você levou um choque?*”; “*Ui*”; “*Olha a altura do cabelo dela*”; “*Seu cabelo é de verdade ou é uma peruca?*”, além dessas frases pronunciadas muitas crianças riam assim que a viam. Tais estranhamentos ocorrem pela dificuldade de aceitar o “outro”, até mesmo crianças negras tem uma falsa ideia de que é necessário ser branco e ter cabelos lisos para fazer parte do padrão social e isso é transmitido através da linguagem verbal, piadas, xingamentos e apelidos que estão presentes no cotidiano desses alunos e alunas, que além de serem vítimas de tal violência acabam reproduzindo da mesma forma ou até pior.

Essa experiência nos fez perceber que o silêncio dos professores diante destas situações colabora para que as práticas de discriminação racial ocorram diariamente, sem nenhum tipo de interferência desses docentes. Nas salas de aula, alunos e alunas negros (as) ainda estão sob práticas de racismo e discriminação (Cavalleiro, 2006). Isso acontece de professor para aluno, muitas vezes os profissionais da educação, professores e professoras, fazem “vista grossa” diante dessas práticas e assim acabam fortalecendo esse processo de discriminação que se alastra de forma prejudicial em nossas escolas.

Podemos observar que muitas vezes os profissionais da educação têm medo ou não sabem lidar com situações desse tipo. Cavalleiro (2006) coloca que

É imprescindível, portanto, reconhecer esse problema e combatê-lo no espaço escolar. É necessária a promoção do respeito mútuo, o respeito ao outro, o reconhecimento das diferenças, a possibilidade de se falar sobre as diferenças sem medo, receio ou preconceito. (Cavalleiro, 2006, p.23)

Dada a nossa experiência no decorrer do projeto presenciamos situações em que alunos eram alvo de apelidos como “macaco, caivão [carvão]...” e a professora ali presente não fazia nenhum tipo de intervenção, apenas falava para o aluno ofendido que não ligasse e voltasse para sua cadeira. É nesse momento em que observamos como ainda falta muito para a real aplicabilidade da Lei 10.639/03, e o quanto ela se faz necessária dentro das escolas,



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

deixando de ser apenas um mero discurso sem prática. Infelizmente os professores com os quais tivemos contato não estão aptos a lidar com a temática racial, apesar de já existirem várias ferramentas que os auxiliem nessa tarefa. Nesse sentido, constatamos que os referidos docentes precisam saber criar e buscar estratégias de como trabalhar esta temática dentro da sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação as práticas de discriminação racial e preconceito, podemos concluir que existe sim racismo no espaço escolar, e que está cada vez mais presente, diversas reações de estranhamento foram observadas diante de situações e aparências diferentes, da qual as crianças e até mesmo adultos, profissionais da educação, não estavam habituados. No decorrer das práticas das metodologias, o preconceito que não é admitido, foi demonstrado e percebido através de olhares, palavras e atitudes.

Tais atitudes revelam um preconceito sutil e implícito existente na sociedade brasileira, e que conseqüentemente avança cada vez mais até nossas escolas. E também se fortalece a cultura do estereótipo, onde o indivíduo só é aceito pela sociedade se tiver a pele clara e cabelos lisos, caso contrário é discriminado e marginalizado, sofrendo violências verbais, psicológicas e físicas. Esses pensamentos só servem para consolidar a opressão racial, pois quanto mais se nega o racismo, mais ele se propaga. O projeto tem também como objetivo ensinar os alunos da educação infantil a aceitar o outro, a amparar e respeitar os que têm a cor da pele e o cabelo diferentes do modelo que a sociedade classifica como aceitável.

Com as análises feitas referentes a aplicação da Lei 10.639/03 e as práticas de discriminação racial, preconceito e racismo no espaço escolar foi possível observar que o preconceito racial, ainda é muito presente nas relações dentro da escola. No que se refere a Lei, esta ainda está longe de ser de fato posta em prática dentro das escolas deste município. Analisamos também que há uma vasta limitação para sua efetivação, pois os docentes ainda não possuem uma formação adequada para trabalhar a temática racial dentro das salas de aula. Deste modo o projeto de extensão Velhas Práticas de Discriminação Racial e Novos Espaços na Formação Docente, que subsidiou este artigo, veio para tentar satisfazer essa necessidade de se trabalhar a temática racial, procurando contribuir de forma efetiva.

Esperamos que os educadores revejam suas posturas, metodologias e práticas pedagógicas, e com isso passem a enxergar seus alunos, e valorizem a cultura Africana e



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Afro-brasileira, para que assim eles possam estar elevando alunos e alunas negros(as), e façam com que esses alunos se sintam acolhidos e bem-vindos na escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº10639 de 9 de janeiro de 2003. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** MEC/SECAD. 2004.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** 5. ed. - São Paulo: Contexto, 2006.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Valores civilizatórios dimensões históricas para uma educação anti-racista, Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais.** Brasília: SECAD, 2006.

FREITAS, Alan Ferreira de. **O Uso Do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) Como Metodologia De Projetos De Extensão Universitária.** Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 69-81, jul. / dez. 2012.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil. In: Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03.** Ministério da Educação e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós- modernidade.** 12ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lamparína. 2015.

LOPES, J. C. S. ; DEUS, T. F. ; BARROS, E. . **Os desdobramentos do racismo na realidade escolar e os desafios para o serviço social: contribuições para o debate.** In: III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2013. Expressões socioculturais da crise do capital e as implicações para a garantia dos direitos sociais e para o Serviço Social, 2013.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

MOREIRA, Eryson de Souza. **A construção social do indivíduo negro no âmbito escolar.** Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2010.

SILVA, Ana Célia da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático.** 2ª ed. Salvador: EDUFBA, 2010.

SILVA, Sônia das Graças Oliveira. Artigonal: **A escola na formação do cidadão.** Disponível em: www.artigonal.com/ciencia-artigos/a-escola-na-formação-do-cidadão.

www.estudoprático.com.br/colonização